



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

/SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5346 – 15 junho de 2016

MIGRAÇÃO DO HSBC OCORRE EM OUTUBRO

O Bradesco deve fazer a transição da carteira de clientes do HSBC no início de outubro. A expectativa é que o contrato de compra seja fechado nos próximos dias. O que tem sido dito é que as agências e os funcionários serão mantidos.

Nos Centros Administrativos, em Curitiba, no entanto, o banco vai fazer um mapeamento das operações a fim de decidir se as estruturas serão mantidas ou se uma parte será transferida para Osasco (SP). O vice-presidente do Bradesco, Alexandre Glüher, informou que a empresa faz os últimos ajustes para viabilizar o pagamento da operação. Feito isso, o prazo é de 100 dias para transição das marcas. Até o fim de setembro, as agências e postos do HSBC não sofrem mudanças. A promessa é de que, embora haja alterações nas fachadas, os gerentes e empregados permanecem os mesmos. Assim espera o Sindicato dos Bancários da Bahia. O histórico de fusões não é muito animador. Muitos trabalhadores costumam ser dispensados. Os correntistas devem receber um kit com novos cartões e orientações. Os pacotes e tarifas do HSBC continuam válidos para quem já é cliente. No entanto, a partir de outubro, quem desejar, pode migrar para serviços oferecidos pelo Bradesco.

Ministros do TST contrariam seu presidente e defendem CLT

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho divulgaram na segunda-feira, 13/06, manifesto em que defendem a manutenção das regras trabalhistas e criticam o uso da crise para a defesa da retirada de direitos. Contrariando assim, o presidente do Tribunal, Ives Gandra da Silva Martins Filho, empossado em fevereiro, que tem defendido a mudança e a flexibilização das regras. É possível notar, em determinado trecho do documento, que os ministros reivindicam também um melhor orçamento para o Tribunal. Mas as afirmações vão além de uma pauta corporativa. Eles lembram a importância das regras, e portanto, da CLT (sem citá-la diretamente) para a reparação de trabalhadores e trabalhadoras: "A Justiça do Trabalho é reconhecida por sua atuação célere, moderna e efetiva, qualidades que muitas vezes atraem críticas. Nos últimos dois anos (2014-2015), foram entregues aos trabalhadores mais de 33 bilhões de reais em créditos trabalhistas decorrentes do descumprimento da legislação, além da arrecadação para o Estado Brasileiro (entre custas e créditos previdenciários) de mais de 5 bilhões de reais".

Em seguida, os ministros reconhecem que a realidade produtiva brasileira mudou bastante desde que as atuais regras foram criadas. Mas ressaltam que a miséria, o trabalho escravo e explorações de todo o tipo permanecem, a despeito dos avanços tecnológicos. E atacam: "Muitos aproveitam a fragilidade em que são jogados os trabalhadores em tempos de crise para desconstruir direitos, desregulamentar a legislação trabalhista, possibilitar a dispensa em massa, reduzir benefícios sociais, terceirizar e mitigar a responsabilidade social das empresas".

Em outro trecho, criticam a proposta de abolir as regras hoje existentes e delegar as relações capital-trabalho para o campo puro e simples da negociação. O texto afirma que a proposta deturpa o princípio constitucional da negociação, consagrado no caput do artigo 7 da Constituição, "que é o de ampliar e melhorar as condições de trabalho". E não, portanto, de reduzir direitos.

Por 11 votos a 9, Conselho de Ética aprova cassação de Eduardo Cunha

Com 11 votos favoráveis e nove votos contrários, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara aprovou no dia 14/06, o relatório de Marcos Rogério (DEM-RO) que pede a cassação do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O placar contou com os votos de dois parlamentares tidos como aliados de Cunha, Wladimir Costa (SD-PA) e Tia Eron (PRB-BA). As duas legendas às quais esses dois deputados são filiados tinham se articulado com o presidente afastado para garantir que os integrantes de suas bancadas votassem a favor dele.

A votação foi realizada depois de mais de três horas de sessão e em meio a discussões dos parlamentares. A deputada Tia Eron, cujo voto causava expectativa, disse que foi "ironizada, ridicularizada e criticada", mas votou com a sua consciência. Agora, a decisão cabe ao plenário da Câmara – são necessários 257 votos, o equivalente a metade mais um dos 513 deputados, a maioria absoluta. Antes disso, Cunha pode ainda recorrer à Comissão de Constituição e Justiça.

O resultado favorável foi aplaudido pelos que queriam a sua cassação e comemorado, mas visto com surpresa porque até ser divulgado o voto da deputada Tia Eron, havia uma incógnita sobre como seria o resultado. E, segundo parlamentares do grupo aliado a Cunha, provocou surpresas. Muitos, como Carlos Marun (PMDB-MS) saíram da sala dizendo que não esperavam o voto favorável ao relatório por parte de Wladimir Costa, do Solidariedade, partido que tinha se comprometido a apoiar o deputado afastado.